

## **MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE**

### **O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA BRASILEIRA**

### **THE ENVIRONMENT AND REGIONAL DEVELOPMENT IN A BRAZILIAN PUBLIC INSTITUTION OF PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION**

#### **1º autor**

**Nome completo:** Hudson Santos da Silva

**Titulação:** Mestrando

**Vínculo:** Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**E-mail:** hudson.adm@gmail.com

#### **2º autor**

**Nome completo:** Maria Gracinda Carvalho Teixeira

**Titulação:** Doutorado

**Vínculo:** Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**E-mail:** gracinda@uol.com.br

## **RESUMO**

O objetivo desse artigo é analisar como as influências dos atores que interagem com uma instituição de pública de educação profissional e tecnológica brasileira, o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), interferem no seu compromisso com o desenvolvimento regional das localidades onde atua. Para tal, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo interpretativa, com fontes documentais e orais. Privilegiou-se a abordagem institucional por ter amplo reconhecimento, pelo campo das ciências sociais como capaz de oferecer explicações aos processos que conectam as relações sociais, por preocupar-se com o que há de consolidado na sociedade no que diz respeito a valores, ações, padrões e normas que são construídos e legitimados a partir das inter-relações entre os diversos atores organizacionais. Os resultados da pesquisa confirmam a suposição inicial de que as influências de determinadas instituições ocorrerem de forma desigual e provocam entraves na consecução do novo papel assumido pelo IFRJ com o desenvolvimento regional e o meio ambiente, dificultando o diálogo com novos atores que permitiriam incrementar a articulação no campo organizacional.

**Palavras-chave:** teoria institucional, desenvolvimento regional, meio ambiente, instituição pública.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze how the influences of the actors that interact with a public institution of professional and technological education, the Federal Institute of Rio de Janeiro (IFRJ), interfere with its commitment to regional development in the locations where it operates. To this end, we carried out a qualitative research, the kind of interpretation, with oral and documentary sources. Privileged the institutional approach to have broad recognition by the social sciences can offer explanations as to the processes that connect social relations, by taking into account about what is consolidated in society with regard to values, actions, standards and norms are constructed and legitimized from the inter-relationships between the various organizational actors. The research results confirm the initial assumption that the influences of certain institutions occur unevenly and cause hindrances in achieving the new role assumed by IFRJ with regional development and the environment, making the dialogue with new actors that would help improve the articulation in the organizational field.

**Key words:** institutional theory, regional development, environment, public institution.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa é analisar como as influências dos atores que interagem com uma instituição de pública de educação profissional e tecnológica brasileira, o Instituto Federal de Rio do Janeiro (IFRJ), interferem no seu compromisso com o desenvolvimento regional das localidades onde atua. O desafio contemporâneo de estudar o desenvolvimento regional é compreender que as questões ambientais não podem ser dissociadas da concepção de desenvolvimento. Nesse sentido, as políticas públicas de desenvolvimento pressupõem a necessidade de envolver os diferentes atores institucionais, empresariais e a sociedade civil na elaboração e condução de projetos regionais de desenvolvimento. Reconhecida a premência desse envolvimento, os pesquisadores se defrontaram com as fragilidades de articulação entre uma instituição de pública de educação profissional e tecnológica brasileira que se propõem a contribuir com as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional em que as questões ambientais sejam prioritariamente contempladas.

Conectar o meio ambiente com o desenvolvimento regional tem sido uma tarefa desafiadora para as instituições públicas de ensino e pesquisa como é o caso do IFRJ, que tem dado ênfase à temática ambiental na formação dos seus estudantes.

Os conceitos de meio ambiente denotam o recorte de diferentes campos disciplinares: da biologia, da geografia clássica, da ecologia, entre outros. Portanto, é um termo multifacetado de vários significados. O conceito que se adota neste trabalho, possui uma dimensão social que ultrapassa a noção tradicional físico-natural do ambiente, incorporando-se a essa dimensão as relações sociais e sua territorialização, ou seja, como essas relações ocorrem nos contextos histórico-territoriais (BESSA, 1993).

No Brasil as políticas públicas de desenvolvimento foram historicamente criadas para promover o desenvolvimento industrial. Tais políticas em alguns momentos favoreceram a concentração industrial e em outros buscavam reduzir as desigualdades entre as regiões, sempre privilegiando a ótica econômica. No ano de 2007, o Governo Federal brasileiro criou o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o qual prevê a formação de um arranjo institucional que promova a articulação entre os setores públicos e privados na execução de projetos que agenciem o desenvolvimento regional e local, bem como a redução das desigualdades regionais com a adoção de estratégias convergentes com a sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2007). Um ano depois, são criados os Institutos Federais com o objetivo de “se ocupar de forma substantiva de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas” (BRASIL, 2008a).

O IFRJ passa então a ser um ator nesse arranjo no seu papel de prover a educação profissional técnica e tecnológica no Estado do Rio de Janeiro, fazendo parte de uma política pública para o desenvolvimento regional. Do mesmo modo, adequando-se também às novas diretrizes do Ministério de Educação que lhes conferem a responsabilidade de atuar como coadjuvante na interiorização do ensino técnico e tecnológico, contribuindo com o desenvolvimento regional alinhado com o PNDR por meio da oferta de cursos que atendam as características produtivas e culturais das localidades onde estão instalados os campi.

Entretanto, esse novo papel, pela complexidade de sua realização, não tem resultado numa articulação efetiva entre o IFRJ e os atores com os quais interage no seu compromisso com o desenvolvimento regional das localidades onde atua. Além disso, as influências de determinados atores ocorrem de forma desigual, o que provocam entraves na consecução do novo papel assumido com o desenvolvimento regional e o meio ambiente, uma vez que o legado histórico do viés industrial continua norteando a formação educacional do IFRJ, dificultando o diálogo com novos atores que permitiriam incrementar essa nova articulação. Essa situação se constitui o problema da pesquisa.

Dentre os diversos atores que se articulam com o IFRJ, destacam-se: órgãos governamentais da área de educação e de meio ambiente, Confederação Nacional da Indústria, prefeituras, segmento empresarial e ONG's ambientais.

Conhecer essas influências se constituirá um desafio para a abordagem institucional da qual pretende o estudo se beneficiar. A compreensão da relação entre o IFRJ e as demais organizações se valerá também da teoria de campo organizacional para explicar como os atores se relacionam na construção do campo organizacional do meio ambiente.

Diante do problema acima configurado, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: como os atores que interagem com o IFRJ influenciam a constituição da área ambiental da instituição articulada ao desenvolvimento regional, para construir um perfil de formação compatível com o novo papel institucional?

O presente estudo estará delimitado temporalmente pelo marco institucional de criação do Curso Técnico de Saneamento na Unidade Nilópolis na Baixada Fluminense no ano de 1994, por ter sido o primeiro curso da área ambiental da instituição e também por ter estabelecido uma parceria com o poder público local na escolha dos cursos. A partir desse ano, se consolida a presença dos cursos dessa área em outros campi: Rio de Janeiro, Nilo Peçanha/Pinheiral e o campus avançado de Arraial do Cabo. O recorte temporal da pesquisa, portanto percorre o período que vai de 1994 aos dias atuais, tendo como universo empírico do estudo os quatro campi que possuem cursos na área ambiental. A ênfase analítica do estudo se dará com o auxílio da abordagem institucional, como mencionado acima, em sua vertente sociológica, não somente na compreensão dos marcos históricos institucionais, mas também para a configuração do campo organizacional voltado para o meio ambiente na Instituição em análise. Busca-se então nesse trabalho articular a teoria institucional e a teoria de campo organizacional, para juntas fundamentarem a análise da articulação entre organizações e o IFRJ no qual a formação em meio ambiente se destaca assim como os atores que interagem na busca de legitimidade social nessa construção.

O trabalho está organizado em seis seções. A primeira é a própria introdução. Na segunda seção descreve-se a metodologia da pesquisa. Na terceira, apresenta-se uma discussão conceitual sobre a abordagem institucional, explorando-se a vertente sociológica e focalizando suas conexões teóricas com a teoria de campo organizacional. Na quarta seção, discute-se sobre o desenvolvimento regional procurando ressaltar a noção de desenvolvimento associada às questões ambientais e o enquadramento da instituição nesse contexto. Na quinta seção,

apresenta-se a análise dos dados da pesquisa de campo, seguida da sexta em que se registram os resultados e conclusões da pesquisa.

## 2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Pesquisa é um processo de investigação organizado em busca da compreensão das realidades, da construção de novos conhecimentos e da reconstrução das idéias. Pesquisar requer seguir um percurso metodológico (DEMO, 2008). A presente pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo analítico e interpretativo. As pesquisas que adotam uma abordagem qualitativa “podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON 1999, p.80), elementos que explicam também o caráter analítico da pesquisa. A coleta de dados abarcou entrevistas, pesquisa documental e observação. Sendo um dos pesquisadores servidor da instituição pública em análise, o instrumental metodológico selecionado de coleta de dados tanto documental quanto empírico tornam-se apropriados, em função do critério da acessibilidade.

Definiu-se o nível do campo, como nível de análise da pesquisa, pois, como descreve Vieira (2004, p. 22), neste nível “o objeto central de interesse da pesquisa é um conjunto de organizações”. Nesse conjunto, a instituição em análise se constitui uma aglutinadora do campo organizacional a que o estudo se dedica.

As fontes orais provenientes da pesquisa empírica têm como finalidade proporcionar ao pesquisador a compreensão do mundo dos respondentes e são utilizadas para identificar crenças, atitudes, valores e motivações das pessoas quando inseridas em seus contextos sociais (BAUER, 2002). Realizaram-se entrevistas com roteiro de questões que nortearam os pesquisadores nos contatos com os entrevistados para a obtenção de dados sobre a relação da instituição com outros atores que influenciam a área de meio ambiente e o seu compromisso com o desenvolvimento regional. Entretanto, torna-se pertinente a argumentação de May (2004, p. 43) segundo a qual “os dados não são coletados, mas produzidos”, pois para o autor, “os fatos não falam por si mesmos” sugerindo a influência da interpretação do pesquisador e da visão de mundo do entrevistado sobre o dado produzido.

Do mesmo modo, a observação teve um relevante peso na pesquisa de campo, visto que esse método segundo Marconi e Lakatos (2007) tem se revelado elucidativo na compreensão de aspectos mais subjetivos manifestados pelos diferentes agentes, complementando, assim, o material obtido das entrevistas.

A análise documental que permitiu a identificação dos marcos histórico-institucionais da pesquisa está baseada na noção de Richardson (1999, p.182), segundo o qual a abordagem histórica se constitui como fundamental para se estudar os documentos com o objetivo de “investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico.” Os marcos não possuem um caráter estático, pois a abordagem histórica pressupõe que o passado é uma porção do presente. Para o mapeamento dos marcos foram selecionados documentos institucionais e governamentais que inserem os atores que passam a se relacionar com a instituição, exercendo influências sobre a constituição da área ambiental e sobre o engajamento da mesma, previsto nas novas diretrizes do MEC de contribuir com o desenvolvimento local e

regional, no sentido de criar cursos que considerem as potencialidades da região, o que encontra respaldo na Política Nacional de Desenvolvimento Regional. As fontes documentais são: (a) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); (b) Estatuto do IFRJ; (c) Concepção e Diretrizes do MEC/2008; (d) Lei nº11.892/2008 de criação dos Institutos Federais; (e) Decreto nº6.042/2007 de criação do PNDR.

### **3. ABORDAGEM INSTITUCIONAL E O CAMPO ORGANIZACIONAL**

A razão para privilegiar a abordagem institucional na presente pesquisa apoia-se em que é amplamente reconhecido pelo campo das ciências sociais que esta tem sido capaz de oferecer explicações aos processos que conectam as relações sociais, por preocupar-se com o que há de consolidado na sociedade no que diz respeito a valores, ações, padrões e normas que são construídos e legitimados a partir das inter-relações entre os diversos atores organizacionais.

A abordagem institucional por isso admite uma essência teórica multifacetada, uma vez que se origina na confluência de vários campos do saber e por conseguinte, apresentando perspectivas dos diferentes domínios disciplinares, como a economia, a ciência política, a sociologia e a história e essas perspectivas internalizaram em seus pressupostos a noção de instituições e os padrões de comportamento, normas, valores e crenças nas quais se encontram imersos os indivíduos, grupos e organizações (MACHADO-DA-SILVA e GONÇALVES, 1999).

Carvalho, Vieira e Goulart (2005, p.855), ao identificarem diferentes vertentes na trajetória da teoria institucional, destacam a sociológica como predominante. Explicam os autores: “a orientação sociológica traz, para o centro da análise, as relações organização-ambiente, primeiramente focadas nas interações informais, em relações de poder e no processo constitutivo das instituições, com ênfase na heterogeneidade do universo organizacional”.

Scott (1987), destaca que os conceitos de instituição e institucionalização têm sido definidos de diversas maneiras com variações substanciais entre as abordagens. Alguns conceitos, segundo o autor, são muito cuidadosamente definidos e outros são pouco claros. Apesar dessas variações, explica Scott (1995) que parece haver um consenso de que as organizações, com o tempo, são transformadas em instituições, por serem sistemas sociais que possuem metas e procedimentos estabelecidos, tendo valores por trás de requerimentos técnicos, pois não são racionais como pretendem ser, mas veículos para incorporação de valores.

Selznick, precursor da teoria institucional, apresenta a distinção entre organização e instituição, segundo a qual, quando uma organização é institucionalizada essa adquire características especiais com o intuito de obter a competência distintiva, ou ainda, treinar e desenvolver suas incapacidades. Contudo, adverte o autor:

O termo organização sugere, assim, uma certa pobreza, uma insuficiência, não um sistema absurdo de coordenação consciente de atividades. [...] Uma instituição é, no todo, o produto natural das pressões e necessidades sociais – um organismo adaptável e receptivo. Essa diferença é uma questão de análise, não descrição direta (SELZNICK, 1971, p.5).

Parece-nos então que o conceito de instituição constitui-se num dos mais importantes para a compreensão da abordagem institucional e a natureza do conceito reflete a vertente teórica

privilegiada. Meyer, Boli e Thomas (1994) que compartilham do viés sociológico, explicam as instituições como regras coletivas dando significado coletivo e valor a entidades particulares e atividades, integrando-as dentro de estruturas mais amplas. A institucionalização, portanto, seria “o processo pelo qual um dado conjunto de unidades e padrões de atividade vem a ser normativa e cognitivamente possuído num local, e praticamente considerado como legítimo” (MEYER, BOLI E THOMAS, 1994, p. 10).

Para Vicentin e Passador “a perspectiva institucional descreve como as organizações sobrevivem e são bem sucedidas por meio da congruência entre uma organização, o ambiente e a interpretação dos atores sociais” (VICENTIN e PASSADOR, 2008 p. 4). Nesse processo de sobrevivência, as instituições assimilam pressões do ambiente e dos atores sociais para a sua legitimação, gerando uma situação conhecida na Teoria Institucional como isomorfismo, a qual se compreende como a reprodução de valores e padrões institucionalizados por outras organizações, conforme explica Fonseca:

Os ambientes institucionais caracterizam-se pela elaboração e difusão de regras e procedimentos, que proporcionam às organizações legitimidade e suporte contextual [...] o controle ambiental incide sobre a adequação da forma organizacional às pressões sociais, resultando em isso morfismo institucional (FONSECA, 2003, p.55).

A noção de campo organizacional na abordagem institucional é relevante no estudo em foco, pois o IFRJ se articula com outros agentes locais e outras organizações, ao inserir-se num campo organizacional para construir os seus cursos de meio ambiente focados no desenvolvimento regional. DiMaggio e Powell (1991; 2005), considerados precursores da noção de campo organizacional, os conceitua como “aquelas organizações que, em seu conjunto, constituem uma área reconhecida de vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências reguladoras e outras organizações que produzam serviços e produtos similares” as quais sofrem as influências das ações no campo (DIMAGGIO e POWELL 2005, p.119). A ideia de campo como ressaltam os autores, capta a importância da totalidade dos atores relevantes, sem desconsiderar uma organização na sua trajetória, mas se relacionando com outras.

Os pesquisadores brasileiros Carvalho e Vieira refletem sobre a aplicação do conceito de campo organizacional que “pode indicar que o desempenho ou a trajetória de uma organização, ou de um grupo de organizações, estão vinculados às diretrizes valorativas e normativas dadas por atores externos, que se inserem nos diferentes níveis das organizações, afetando sua política e estrutura” (CARVALHO e VIEIRA, 2003, p.12). Portanto, o campo é construído através de um processo gradual onde a interdependência das organizações vai aumentando no decorrer do tempo. DiMaggio e Powell, nesse aspecto, explicam:

O processo de definição ou “estruturação” institucional consiste em quatro elementos: um aumento na amplitude de interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos; um aumento na carga de informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar; e o desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações (DIMAGGIO e POWELL, 2005, p.119).

O campo organizacional institucionalizado é uma teia de inter-relações de natureza complexa que envolve a interação social dos mais diversos atores, uns influenciando os outros. Todavia, quando um ator tem poder de alterar as regras vigentes, todo o campo sofrerá mudanças levando os outros atores a se adequarem diante dessa nova realidade.

A seguir apresenta-se uma discussão sobre o desenvolvimento regional e o meio ambiente, procurando-se compreender como o meio ambiente vem se inserindo no debate atual sobre o desenvolvimento. Essa discussão é importante para o objeto da pesquisa pela relevância dos cursos de meio ambiente na instituição e que, por situar-se no Estado do Rio, os *campi* que possuem cursos da área ambiental estiveram mobilizados pela efervescência do tema na última Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio+20, onde procurou atuar no seu novo papel de agente catalisador do desenvolvimento regional voltado para o meio ambiente o que foi conferido pelas novas diretrizes do MEC, aos Institutos Federais. Assim, o compromisso da instituição com o desenvolvimento regional no qual o meio ambiente deve se destacar passa a se configurar o campo organizacional sujeito a influências de vários atores com os quais o IFRJ interage.

#### **4. O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, O MEIO AMBIENTE E O IFRJ**

A literatura especializada registra diferentes noções de desenvolvimento regional que vieram sofrendo mudança de significados ao longo da trajetória do conceito. Uma noção que tem relevância à pesquisa é compreendê-lo como parte de um planejamento e gestão do território, considerando a participação da sociedade no planejamento e nos benefícios resultantes desse processo. Essa noção tem sido absorvida na teoria como elementos presentes na lógica endógena do desenvolvimento (SANTOS, 1998).

Os autores Rocha Neto e Borges (2011), Uderman (2007) e Goulart (2006), entre outros, têm se dedicado aos estudos sobre as políticas de desenvolvimento regional no Brasil, apresentado importantes reflexões para a compreensão das mesmas nesse contexto. Para Rocha Neto e Borges (2011) o processo de desenvolvimento, ao longo de décadas, no anseio de atender aos interesses do capital, gerou desequilíbrios territoriais e assim, as agências de desenvolvimento regional no Brasil atuavam para minimizar os desequilíbrios gerados pelas políticas públicas então vigentes, o que os autores explicam:

[...] essas políticas nem sempre se aliam aos interesses de todos os agentes que gravitam em torno delas. Existe uma alternância no atendimento desses interesses: ora essas intervenções se fizeram mais próximas de corporações (em distintos âmbitos), ora estiveram mais próximas dos interesses da sociedade (ROCHA NETO e BORGES, 2011 p. 1640).

Assinalam ainda os referidos autores que as políticas de planejamento e desenvolvimento regional, historicamente, se propuseram a beneficiar setores diversos e, também, determinados atores com seus distintos interesses, colocando-os nas arenas das políticas públicas e internalizando suas demandas na agenda pública, de acordo sua força política e que um embate de forças as influenciam. Já Uderman (2007) faz um resgate da história das políticas de desenvolvimento no Brasil mostrando que, num primeiro momento, na década de 1930, houve a intervenção do Estado visando a acumulação de capital industrial, modelo este que, segundo a

autora, se mantém até a final década de 1970, quando a conjuntura mundial decorrente dos choques do petróleo e da crise da dívida põe fim a esse ciclo. Conta que na década de 1980, emerge como modelo dominante, o neoliberalismo com o seu firme propósito de reduzir a intervenção do Estado na economia e nas atividades básicas. Tal fato também é apontado pelo MEC que faz a seguinte análise dos anos 1980, no documento “Concepção e Diretrizes”: “As políticas de desenvolvimento nesse período são inteiramente condicionadas às exigências dos organismos financeiros internacionais, afetando todos os setores, inclusive a educação, e, quase exclusivamente, as medidas intervencionistas estatais se direcionam para o controle da inflação e mudança do papel do Estado” (BRASIL 2008a, p.15). Esse momento é apontado por Rocha Neto e Borges (2011) como aquele onde as ações tradicionais de planejamento pelas agências são descontinuadas e assume-se a lógica da competição setorial entre os espaços. Explica:

Esse momento marca o fim do planejamento regional no modelo tradicional e procura, sob a égide de novas orientações ideológicas, indicar diferentes usos dos territórios de acordo com agentes hegemônicos, evidenciando um caráter fragmentado nos processos de desenvolvimento regional, alimentando um discurso de “competitividade espacial” que resultou na exclusão de determinados lugares e setores produtivos (NETO e BORGES, 2011, p.1641)

Com o avanço do ideário neoliberal são desfeitas às agências de desenvolvimento que atuaram no período anterior causando a fragmentação do planejamento regional (UDERMAN, 2007). Assim, configura a década de 1990 pela abertura dos mercados, privatizações, concessões e estabilização monetária; tal conjuntura política e econômica permitiu o nível de investimento se elevar e um novo ciclo de crescimento tem início (UDERMAN, 2007). Nesse contexto, segundo a autora, abre-se espaço para a retomada das discussões sobre o desenvolvimento regional, apoiadas por indicações e iniciativas de organismos internacionais como o Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas (ONU) que passaram a propagar novas orientações para as políticas públicas dos países em desenvolvimento; nesse período pós-ajuste estrutural agora com base nos arranjos institucionais de natureza público-privada. Esclarece a autora que nesse período histórico, é inserida no contexto do desenvolvimento local a noção de capital social vinculada à valorização da cultura e da identidade do local, e surge um novo modelo de políticas públicas norteados pela ideia de promover a fixação dos indivíduos na sua localidade, uma vez que esse modelo estaria calcado numa visão estratégica de desenvolvimento, sustentado por uma lógica endógena (UDERMAN, 2007). Esse novo modelo de ação surgido na década de 1990, imprime novas características de ação pública, onde as atribuições do Estado são revistas e o papel de executor e prestador direto de serviços é substituído pelo de regulador das atividades econômicas.

É na segunda metade da década de 1990, que se registram os efeitos dessa nova conjuntura, no movimento de reforma dos IFET que acenou para a nova institucionalidade que viria a se formar, cujo propósito não se limitasse à reforma dos currículos, mas que também alinhasse as políticas da instituição ao novo cenário político e econômico que se voltava para as demandas regionais e locais (BRASIL, 2008a).

Chegando-se ao ano 2000, entra na pauta governamental o arrefecimento da “guerra fiscal” e o resgate do crescimento endógeno. O discurso governamental passa a associar as políticas de desenvolvimento local ao capital social e ao fortalecimento institucional que

permitissem a qualificação de pessoal para a formação de arranjos locais que fomentassem a inovação e promovessem a cooperação e difusão de soluções tecnológicas para o desenvolvimento local capazes de gerar melhoria da qualidade de vida nas regiões. Com isso, propagou-se a necessidade de um aparato de Estado coeso e capaz de atender as necessidades de articulação com a sociedade para fortalecer a inserção regional, no sentido de promover o capital social, entendidas como as bases para incrementar iniciativas coletivas de desenvolvimento local (UNDERMAN, 2007).

Nesse contexto, o programa “Brasil de Todos” se populariza e vai se enraizando segundo Underman (2007), a partir da ideia de incorporação de economia regional como instrumento de combate à desigualdade. Respondendo a essa expectativa governamental, esse é o período em que ocorre de forma marcante, a expansão do IFRJ e em 2008, a nova configuração do instituto acrescenta a inserção regional no seu escopo de atuação.

Em 2007 é criada, pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujo objetivo, além de retomar a ideia de planejamento e desenvolvimento regional, pretende: “a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, e deve orientar os programas e ações federais no Território Nacional” (BRASIL 2007). A criação dessa política considera-se como um indutor do viés regional apresentado um ano depois pelo IFRJ.

Um dos maiores expoentes brasileiros dos estudos das regionalidades, localidades, e territorialidades, Milton Santos, explica que durante um longo período muitos estudaram a região isoladamente do mundo como se a região fosse um todo e existisse por si só. No entanto, seus estudos mostraram que “o território a cada momento foi organizando-se de maneira diversa, muitas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo” (SANTOS 1988 p.17), atendendo solicitações algumas vezes imperativas da produção e que muitas dessas mudanças aconteceram a partir da metade do século XX, quando o processo de integração mundial reconfigura o regional, o que apresenta resultados diferentes e particulares em cada região. As palavras de Santos (1988) ajudam a explicar o caso dos Institutos Federais que procuraram se fixar em cidades-polo visando a cobertura de mesorregiões para atender as demandas produtivas, sociais e culturais locais. Segundo as novas diretrizes do MEC:

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2008a, p. 17).

Essa situação mostra uma adequação à Agenda 21, instrumento de planejamento e desenvolvimento sustentável para as cidades que emergiu da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, a Rio 92. É na Agenda 21 local e no PNDR que as instituições, empresas, governo e sociedade civil se articulam, pelo menos, em tese, na construção de um plano de desenvolvimento local com vistas à sustentabilidade, o que será discutido adiante.

Além disso, a ação dos Institutos Federais deve, segundo as diretrizes de MEC, se fundamentar numa “ação integrada e referenciada na ocupação e desenvolvimento do território,

entendido como lugar de vida” (BRASIL, 2008a, p. 17). Pelos argumentos expostos fica reforçado o caráter regionalista da ação do IFRJ, com base nas orientações das políticas governamentais.

Diversas teorias buscam explicar a relação entre o local e o global na construção da regionalidade. Goulart (2006) argumenta que as noções de endogenia e de autossuficiência embutidas no novo modelo de desenvolvimento, o chamado sustentável, não consegue ultrapassar a natureza macroestrutural do desenvolvimento, particularmente diante da permeabilidade do processo de globalização vigente no mundo contemporâneo. Goulart explica que é necessário poder e que esse só pode ser encontrado em um ator hegemônico para então desencadear a iniciativa endógena no desenvolvimento, e que tal papel deve ser desempenhado pelo Estado, embora reconheça que o domínio tecnológico dos agentes externos torna o local alvo de disputa por recursos, onde, quanto maior for o domínio tecnológico, maior será o poder desses agentes externos detentores da tecnologia (GOULART, 2006).

Nesse contexto as estratégias de desenvolvimento se apoiam em diferentes lógicas e interesses que acomodam uma rede de relações determinantes na conformação dos lugares, de orientação global ou local, o que Milton Santos (1998) chama de lógica exógena e lógica endógena: a primeira situada no âmbito dos interesses corporativos globais, transnacionais e a segunda, no âmbito da identidade, do fato e do sentimento de pertencer à região e local que nos pertence. Na lógica exógena são definidas estratégias funcionais ao capitalismo global - as economias nacionais são então transformadas em províncias da economia global, notadamente as dos países em desenvolvimento. Já na lógica endógena, são construídas políticas públicas de desenvolvimento que resgatam especificidades e incluem no desenvolvimento a dimensão cultural própria da região (SANTOS, 1998).

O território, entretanto, na visão de Santos, é palco de conflitos de interesses que, no contexto da globalização, materializa, nos lugares, o confronto entre o espaço local e o espaço global. Explica Santos:

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los (SANTOS, 2005, p. 18).

A partir dessa relação local versus global, Santos (2005; 2006) identificou novos recortes no território os quais denominou de horizontalidades e verticalidades. Explica:

É a partir dessa realidade que encontramos no território, hoje novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais (SANTOS, 2005, p.256).

Argumenta o autor que as forças que conduzem o processo de horizontalização são centrípetas, isto é, são forças de agregação e fatores de convergência em relação a uma base territorial específica atuando como fatores de aglomeração e homogeneização; enquanto as forças que conduzem a verticalização são centrífugas, ou seja, são forças de fragmentação e fatores de desagregação dessa mesma base; retiram a região do seu próprio comando levando à

lógica exógena (SANTOS, 2006). Nesse contexto, o espaço pode se organizar em redes, que são relações de continuidade e descontinuidades que tem existência pela ação simultânea das forças centrípetas e centrífugas num mesmo território, constituindo horizontalidades e verticalidades. Complementa Santos:

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede: São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalidades diferentes, quiçá divergentes ou opostas. Esse acontecer simultâneo, tornado possível graças aos milagres da ciência, cria novas solidariedades: a possibilidade de um acontecer solidário, malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares (SANTOS, 2005, p.256).

Para o referido autor as redes justificam, de certa maneira, a expressão verticalidade porque dispensam continuidades e contiguidades, embora não as excluam, elas formam conexões com outros lugares. Nesse aspecto, a contribuição de Uderman (2007) é que as redes de políticas públicas articulam elementos como a descentralização, a cooperação e a mobilização de agentes sociais, traz um novo desafio, pois aumentam a necessidade de aprimorar a capacidade de coordenação do Estado e exigem que as políticas públicas mantenham-se alinhadas e coerentes entre si, de modo que estas possam promover a criação de externalidades positivas que favoreçam o desenvolvimento local e não apenas gerem o aumento da renda desconectado da melhoria da qualidade de vida.

E nesse contexto, o desenvolvimento local e regional surge associado ao meio ambiente, um termo carregado de controvérsias teóricas e práticas. Embora não haja um consenso quanto ao conceito de meio ambiente, recorreu-se aos estudos de Bessa sobre a sua origem e diferentes recortes disciplinares do termo, compartilhando com a autora do sentido mais abrangente que ela atribui ao meio ambiente, ao considera-lo na dimensão da interação social, no contexto histórico-territorial (BESSA, 1993).

Apesar de relevante, não é intenção dos autores historiar como o meio ambiente vem sendo objeto das políticas públicas ao longo das décadas, o que fugiria do foco do estudo. Portanto, o que interessa à pesquisa é apresentar uma discussão que possa ser útil para investigar como a discussão ambiental passa a ser internalizada no planejamento e desenvolvimento regional, uma vez que a instituição em estudo busca por em prática essa discussão.

Um marco histórico da formação da área ambiental é a Conferência de Estocolmo realizada em 1972. Este evento científico do qual o Brasil tomou parte, alertou o mundo para os riscos ambientais associados ao modelo vigente de desenvolvimento econômico. Desde então um longo caminho tem sido percorrido na construção da área ambiental no Brasil a começar pela Lei 6.938/81, que criou a política ambiental brasileira. A lei institui também o licenciamento ambiental e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) (BRASIL, 1981). As questões ambientais também estão presentes na Constituição Brasileira; nela o meio ambiente é definido como um bem de uso comum e essencial à manutenção da vida (BRASIL, 1988).

O Brasil, mais recentemente, sobretudo após a Rio 92, tem participado ativamente das discussões que se travam na esfera internacional e tem atuado na construção das suas políticas ambientais públicas expressando o seu interesse por um modelo de desenvolvimento que articule as demandas ambientais e sociais internas às exigências internacionais. Sobre essas propostas Sachs (2004) aponta um caminho para os países em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento precisam de padrões de crescimento intensivos em conhecimento e trabalho e, no entanto, poupadores de capital e de recursos, e devem procurar soluções triplamente valiosas, isto é, viáveis social, ambiental e economicamente (SACHS, 2004, p.54).

Na construção de soluções alternativas para o desenvolvimento sustentável a Agenda 21 é um dos principais legados da Conferencia das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. Esse documento estabeleceu as bases para que os países signatários estabelecessem ações de preservação na construção do desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 convida as organizações a aderirem aos seus princípios e no Brasil, a Agenda 21 reconhece as limitações do modelo capitalista e propõe a construir alternativas de desenvolvimento que considerem as questões ambientais mostrando-se compromissada com um novo paradigma de desenvolvimento que vem se delineando há décadas, na passagem da sociedade industrial para a sociedade da informação, do conhecimento e dos serviços. Diz a Agenda:

[...] O desafio é, portanto, mudar a natureza e a direção do modelo de desenvolvimento dominante no mundo, aproveitando de outra maneira potencialidades humanas, sociais e científicas; é defender uma globalização solidária, baseada em valores comuns e em objetivos partilhados de integração e de expansão, incorporando os países em desenvolvimento e os marginalizados que, de outra forma, estariam excluídos, de antemão, da partilha das conquistas do todo da comunidade internacional (MMA, 2004, p. 18-19).

Também é possível se estabelecer uma Agenda 21 local onde os atores possam interagir na construção das políticas de desenvolvimento sustentável na esfera local, o que tem levado gestores de cidades, de empresas e outras instituições a proporem projetos em comum:

A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações (MMA, 2012).

O meio acadêmico tem contribuído com essas discussões tornando o meio ambiente objeto de estudo dos vários campos do saber, tanto no avanço do conhecimento quanto na discussão crítica dos modelos de desenvolvimento vigentes e de ações propositivas. O campo organizacional relacionado ao meio ambiente é, portanto o espaço onde se estabelecem as discussões da gestão ambiental das várias partes interessadas.

A nova proposta do conceito de desenvolvimento adicionado da sustentabilidade encontra explicação nas palavras de Sachs (2004), segundo as quais “o conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta uma outra dimensão – a sustentabilidade ambiental – à sustentabilidade social” (SACHS, 2004, p.15) Essa nova dimensão está alinhada com o disposto na Carta Magna e

prevê um imperativo de justiça transgeracional, o que implica diretamente na relação entre as instituições, empresas e outros atores e o conceito de desenvolvimento (Sachs, 2004).

Essas novas concepções tem influenciado o IFRJ e são espelhadas nas diretrizes para os Institutos Federais. No contexto do debate do desenvolvimento sustentável, das pressões no âmbito da sociedade e da legislação, se deu o surgimento e ampliação da área ambiental do Instituto Federal do Rio de Janeiro como resposta a necessidades de combater problemas ambientais formando, majoritariamente, técnicos de nível médio e dando início também a formação de nível superior. A área ambiental cresceu em importância no Instituto e foram propostos sucessivamente novos cursos de graduação e pós-graduação nesta área. A área ambiental também é reforçada pelo disposto no PNDR que prevê no artigo 2º parágrafo único que: “as estratégias da PNDR devem ser convergentes com os objetivos de inclusão social, de produtividade, sustentabilidade ambiental e competitividade econômica” (BRASIL 2007). Como visto, tanto nas diretrizes do MEC quanto na PNDR o meio ambiente aparece inserido no planejamento junto às questões sociais, produtivas e econômicas, reforçadas pela Agenda 21 brasileira que claramente acena para um novo modelo de políticas de desenvolvimento regional:

Uma nova concepção de desenvolvimento regional vem sendo amadurecida nos últimos anos, exigindo modelo inovador para as agências regionais de desenvolvimento, em contraposição ao estilo até então vigente. [...]. O modelo que começa a entrar em vigor deve ser concebido não mais para as grandes regiões como um todo (Nordeste, Amazônia, etc.) e sim para as mesorregiões ou microrregiões menores, capazes de produzir diagnósticos precisos sobre suas condições reais e suas oportunidades de alavancar o desenvolvimento (BRASIL 2004, p.22).

Diante da discussão até agora desenvolvida no artigo, nos pareceu claro que as questões ambientais têm sido internalizadas no novo modelo de desenvolvimento local e regional e que essa internalização pressupõe uma articulação institucional, envolvendo os diversos atores que visam incrementar políticas públicas com esse fim. Entretanto se agregarmos a discussão teórica inicial às reflexões que se sucedem veremos que os ganhos que a Instituição em estudo terão, tanto no envolvimento dos atores quanto para por em prática o novo modelo de desenvolvimento na formação profissional que oferece, e mesmo na própria região onde atua, veremos que as influências de outras instituições podem gerar fatores de entrave para a Intuição, no sentido de não conseguir ir de encontro com aquilo com que se propôs.

## **5. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE CAMPO**

Os marcos histórico-institucionais são eventos históricos selecionados pelos pesquisadores, para o mapeamento dos atores que passam a se relacionar com a instituição, exercendo influências sobre a constituição da área ambiental e seu alinhamento às novas diretrizes do MEC de contribuir com o desenvolvimento local e regional, no sentido de criar cursos que considerem as potencialidades da região, o que encontra respaldo na Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Essa seleção foi feita com base na análise e interpretação de dados dos documentos acessados, complementados com as entrevistas realizadas com um diretor de ensino e com um coordenador de curso, atuantes há mais de vinte anos na instituição, e por isso, tendo acompanhado a criação dos cursos de meio ambiente.

**Quadro 1 - Marcos Histórico-Institucionais: Área Ambiental do IFRJ**

Marcos Institucionais	Ano	Atores
1º - Criação do Curso Técnico de Saneamento (Nilópolis).	1994	Prefeitura de Nilópolis, Setor industrial nacional e multinacional, Conselhos acadêmicos, MEC
2º - Criação do Curso Técnico de Meio Ambiente (Rio de Janeiro).	1999	Setor industrial nacional e Multinacional, Conselhos acadêmicos e MEC
3º - Criação do Curso Técnico de Logística Ambiental. (Arraial do Cabo)	2005	MEC, Prefeitura de Arraial do Cabo, IBAMA/ICMBio, ONG, setor privado de Turismo e Pesca.
4º - Transformação do CEFET Química em IFRJ	2008	MEC, Prefeitura de Pinheiral, Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, PNDR
5º - Criação do Curso Superior de Tecnologia e da Especialização em Gestão Ambiental (Rio de Janeiro e Nilópolis)	2009	MEC, Setor de Serviços, Setor industrial nacional e multinacional, ONG.

Fonte: Elaboração dos pesquisadores.

### **Primeiro Marco – Criação do Curso Técnico em Saneamento (1994)**

Criado em resposta a uma demanda da Prefeitura Municipal de Nilópolis, o curso técnico de saneamento do *campus* de Nilópolis, que mais tarde chamado Curso Técnico de Controle Ambiental, para adequação ao MEC (IFRJ, 2009a), marca o início da área ambiental na instituição, voltado para atender as necessidades crescentes do mercado de trabalho e especificamente as questões de saneamento da região. O depoimento a seguir do diretor de ensino entrevistado ilustra essa situação:

que eu me lembre (...) foi feita uma pesquisa na Prefeitura, algumas consultas lá nas secretarias e tal, uma vez que a escola [Unidade de Nilópolis] já havia sido gerada em cima de uma estrutura meio que política (...); na verdade eu acho que ele não surgiu porque tinham empresas, mas a prefeitura demonstrava [vontade] de implantar, pelo menos no meu entendimento a necessidade de profissionais que entendessem dessa área de saneamento para fazer uma política de saneamento lá naquela região.

Nesse período, além da presença da Prefeitura local e do MEC, identificou-se o setor industrial atuante, tanto na capital do estado quanto na Baixada Fluminense, no sentido de ser considerado pela instituição como potencial empregador dos egressos. Os conselhos acadêmicos, a partir desse momento passam a se constituir como fonte de informação para diagnosticar o mercado de trabalho, mas não necessariamente relacionado às questões ambientais locais.

### **Segundo Marco – Criação do Curso Técnico de Conservação e Gerenciamento no *Campus* Rio de Janeiro (1999)**

Em 1999 no *campus* Rio de Janeiro, foi criado o Curso Técnico de Gerenciamento Ambiental que depois se transforma em Curso Técnico de Meio Ambiente, para se adequar ao catálogo de cursos técnicos do MEC. Assim, a área ambiental se fortalece com mais um curso. Nesse ano a instituição muda de nome e passa a ser chamada CEFET de Química de Nilópolis. Os docentes são incentivados a expandir a área ambiental nos cursos técnicos, após concluírem suas capacitações na pós-graduação. O setor industrial atuante na região metropolitana do Rio de Janeiro passa a fazer solicitações diretas ao então CEFET, de profissionais com capacitação para trabalharem em funções gerenciais e técnicas na gestão ambiental na indústria, o que pode ser evidenciado no depoimento do diretor de ensino: “já se apontava para um profissional que fosse

trabalhar [o quesito] ambiental das empresas do setor industrial, que trabalhassem em unidades de tratamento e coisas relacionadas como tratamento de águas esgoto ou até para trabalhar no setor da ISO 14000.”

### **Terceiro Marco – Criação do Curso Técnico de Logística Ambiental no *Campus Avançado de Arraial do Cabo* (2005)**

Em 2005, incentivado pelo MEC, é criado o Curso Técnico de Logística Ambiental, apoiado pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, atendendo num primeiro momento, demandas locais voltadas para a política ambiental pública da Prefeitura, quais sejam: conhecimento sobre manejo e conservação de ecossistemas costeiros para as atividades de turismo e pesca. O curso de logística ambiental é o primeiro da área ambiental da instituição, fora da região metropolitana do Rio de Janeiro. Além da prefeitura local, surgem outros atores públicos como o IBAMA e o ICMBio, autarquias federais que executam a política ambiental pública, pelo fato de grande área territorial do município estarem em unidades de conservação. A ONG “Projeto Ressurgência” passa também a fazer parte do conjunto que atores que interagem com a instituição, nesse *campus*, oferecendo estágio e sendo parceira em projetos de extensão. O setor privado de turismo e pesca surge como novo ator, pois identificam que o curso pode contribuir com a formação de profissionais que incrementem suas atividades nas unidades de conservação. O depoimento abaixo do coordenador de curso mostra que apesar das potencialidades regionais, a capacitação dos professores também tem um peso na criação dos cursos:

Quando [o *campus*] de Arraial surgiu, (...) existia um mapeamento da região, então por conta de Arraial do Cabo ser turístico e das necessidades da manutenção daquele ecossistema, começou-se a discutir a possibilidade de ser fazer alguma coisa na área do turismo, na área ambiental e na área pesqueira. Num primeiro momento surgiu a possibilidade de um curso técnico em pesca. E aí quem foi designada para a montagem desse núcleo avançado [*campus*], foi uma professora que já trabalhava no curso técnico de meio ambiente aqui [no campus Rio de Janeiro]. O resultado foi a criação de um curso para a área ambiental.

### **Quarto Marco – Criação do IFRJ (2008)**

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) foi criado em 2008, integrando o centenário Colégio Agrícola Nilo Peçanha ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis com 11 *campi* em várias regiões do Estado do Rio de Janeiro, com a principal finalidade de: “desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais” (IFRJ, 2009b, p.2). No novo estatuto da instituição essa finalidade é enfatizada de acordo com as expectativas do MEC quanto ao novo papel da instituição na condição de IFRJ, de apoiar políticas públicas locais e regionais (BRASIL 2008a e 2008b). O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRJ elaborado após a sua criação, também reconhece o seu designo regional e prevê:

o compromisso de estar sintonizado com os programas de desenvolvimento local e regional, nas localidades onde atua, por meio de ações que tenham como parâmetros, não apenas a identificação dos arranjos produtivos locais, mas acima de tudo, a sua articulação com os arranjos sociais e culturais (IFRJ, 2009a p.42).

Esse marco traz novos direcionamentos e expectativas do IFRJ em relação às instituições com as quais interage, com destaque a aquelas que atuam nas políticas de desenvolvimento local e meio ambiente no sentido de estabelecer um diálogo mais próximo entre o perfil de formação dos seus alunos e as oportunidades de trabalho junto à esses atores regionais. Por exemplo, o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e a próprio PNDR que é identificado nesse marco como o desencadeador dessa nova articulação regional.

#### **Quinto Marco – Criação do Curso Superior de Tecnologia e da Especialização em Gestão Ambiental (2009)**

Em 2009 iniciou-se no *campus* Rio de Janeiro o Curso Superior de Tecnologia (CST) em Gestão Ambiental e no *campus* Nilópolis, o Curso de Especialização em Gestão Ambiental. A área ambiental passa a se fazer presente nos três níveis de ensino: técnico, graduação e pós-graduação, assim como o incentivo a pesquisas mais elaboradas. Esse novo marco ampliou as possibilidades do egresso atuar em vários níveis nas organizações, levando o IFRJ a influenciar também outras instituições pelos conhecimentos que viriam ser aplicados pelos seus egressos.

### **6. RESULTADOS E CONCLUSÕES**

O objetivo da pesquisa foi analisar como as influências dos atores que interagem com uma instituição de pública de educação profissional e tecnológica brasileira interferem no seu compromisso com o desenvolvimento regional das localidades onde atua. Conhecer essas influências se constituiu um desafio para a abordagem institucional da qual o estudo se beneficiou. A abordagem institucional ajudou a explicar os processos que conectam as relações sociais, por preocupar-se com o que há de consolidado na sociedade no que diz respeito a valores, ações, padrões e normas que são construídos e legitimados a partir das inter-relações entre os diversos atores organizacionais e internalizados pelas instituições.

A noção de campo organizacional na abordagem institucional foi relevante ao estudo, pois o IFRJ se articula com outros agentes locais e organizações, ao inserir-se num campo organizacional para construir os seus cursos de meio ambiente no qual apesar da interdependência entre os atores no campo, uns influenciam mais do que outros, o que foi revelado na pesquisa.

A pesquisa documental realizada evidenciou que o IFRJ deve se articular com as políticas de desenvolvimento local e regional previstas pelo MEC e pela PNDR, entretanto essa articulação ainda não tem força para conduzir o seu designo regional.

As entrevistas revelam que as pressões institucionais vinculadas à formação dos docentes e que o relacionamento deles com o setor industrial tem sido considerados para a elaboração do perfil de egresso. O olhar da instituição para a formação dos seus estudantes, voltado para atender a indústria, confirma o legado histórico do viés industrial, que continua norteando a formação educacional no IFRJ, mesmo diante do compromisso institucional com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Os resultados da pesquisa sinalizam que a instalação de novos *campi* em cidades-polo, determinada pelo MEC nas microrregiões brasileiras e nesse estudo, nas fluminenses, de modo a promover a interiorização da educação profissional e tecnológica, não se mostra suficiente para articulação efetiva entre o IFRJ e os demais atores locais. Essa situação confirma a suposição inicial

da pesquisa de que as influências de determinados atores ocorrem de forma desigual e provocam entraves na consecução do novo papel assumido pelo IFRJ com o desenvolvimento regional e o meio ambiente, dificultando o diálogo com novos atores que permitiriam incrementar a articulação no campo organizacional.

## REFERÊNCIAS

- BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer, Martin W.; Gaskell, George. **Pesquisa qualitativa com textos, imagens e som: um manual prático**. 3ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- BESSA, E. da S. O lugar dos homens na natureza social: uma proposta reflexiva sobre o meio ambiente. **Dissertação de Mestrado**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). UFRJ. 1993. 152p.
- BRASIL. LEI 6.938 de 31 de agosto 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm). Acesso em 14/10/2011.
- \_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil: texto compilado. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 14/10/2011.
- \_\_\_\_\_. Decreto Nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - **PNDR** e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm). Acesso em 31/05/2012
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia. Brasília: Setec, jun. 2008a.
- \_\_\_\_\_. LEI 11.892 de 29 de dezembro de 2008b. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em 14/10/2011.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. In: CARVALHO, \_\_\_\_\_, Introdução — sobre organizações, instituições e poder. In: VIEIRA, M. M. .; CARVALHO, C. A. (Orgs.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F., GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **RAP**. Rio de Janeiro 39 (4): p. 849-874, jul./ago. 2005.
- DEMMO, P. **Metodologia para quem quer aprender**. Atlas, São Paulo, 2008.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. Introduction. In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. London: University of Chicago Press, 1991.
- \_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 2, p. 74-89, abr./jun. 2005.

- FONSECA, V., S. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (Orgs.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, p. 47-66, 2003.
- GOULART, S. Uma Abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 4, 2006, Porto Alegre, **Anais...**Porto Alegre: EnEO, 2006.
- IFRJ. **PDI - PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**. 2009 – 2013. Rio de Janeiro, Julho de 2009a.
- \_\_\_\_\_. **ESTATUTO** Rio de Janeiro, 18 de agosto 2009b.
- MACHADO-DA-SILVA, C.; GONÇALVES, S. A. Nova Técnica: a teoria institucional. In: CLEGG, S. R; HARDY, C.; NORD, W., R. (Orgs.). **Handbook de Estudos Organizacionais**: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. Atlas: São Paulo, 1999. V. 1. p. 220 - 226.
- MEYER, J.; BOLI, J.; THOMAS, G. M. Ontology and rationalization in the western cultural account. In: SCOTT, Richard W; MEYER, John W. (Orgs.) **Institutional Environments and Organizations**. London: Sage Publications, 1994.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21> Acesso em 30/09/2012.
- \_\_\_\_\_. **Agenda 21 brasileira** : ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004. 158 p.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3ªed. Trad. Carlos A. Silveira. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- ROCHA NETO, J. M. R.; BORGES, D. F. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. **RAP** — Rio de Janeiro 45(6):1639-54, nov./dez. 2011
- QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública** – 2ªed. Brasília: IBAMA, 2006.
- RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro. Garamond, 2004.
- SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.
- \_\_\_\_\_. O retorno do território. In: Territorio y movimientos sociales. **OSAL**. ano VI nº 16 enero-abril 2005. p.250 – 261.
- \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SCOTT, W. R. The adolescence of institutional theory. **Administrative Science Quarterly**, v.32, n.4, p.493-511, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Institutions and organizations**. London: Sage Publications, 1995.
- SELZNICK, P. **A liderança em Administração**; uma interpretação sociológica. Rio de Janeiro, FGV, (A obra original *Leadership in administration* de 1957) 1971.
- UDERMAN, S. Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil: Circunscrevendo o Potencial das Novas Iniciativas. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 21., 2007, Rio de Janeiro, **Anais...**Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007.

- VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo M. F. e ZOUAIN, Débora M. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- VICENTIN, F. O. P.; PASSADOR, J. L. Análise Institucional: um estudo dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 32., 2008, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.
- VINHA, V. As empresas e o desenvolvimento sustentável: a trajetória da construção de uma convenção. In: May, P. (org.). **Economia do Meio Ambiente** - Teoria e prática. Rio de Janeiro: *Campus* 2<sup>a</sup> Ed., 2010.